

Editorial

Inteligência artificial e pesquisa clínica: preservando a integridade científica na era dos algoritmos

O avanço acelerado da inteligência artificial (IA) generativa tem suscitado entusiasmo e preocupação em igual medida. Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, o historiador Yuval Noah Harari [1] alerta para um fenômeno crescente: a capacidade das IAs de simular intimidade e influenciar emoções humanas em escala massiva. À medida que tais tecnologias evoluem, tornam-se aptas não apenas a gerar conhecimento, como também a moldar decisões – incluindo aquelas relacionadas à saúde e à ciência.

No contexto da pesquisa científica, e especialmente da pesquisa clínica, essa transformação impõe novos desafios éticos e epistemológicos. A promessa de automação e personalização, com o uso de algoritmos capazes de processar grandes volumes de dados clínicos, identificar padrões e prever desfechos, tem contribuído significativamente para a eficiência dos ensaios clínicos, no desenvolvimento de novos fármacos, nas políticas públicas de saúde. No entanto a mesma tecnologia pode, se mal-empregada, comprometer os princípios fundamentais da ciência: a transparência, a reprodutibilidade e a neutralidade da evidência.

Um ponto crítico levantado por Harari diz respeito à manipulação da percepção e da vontade humana. Em experimentos com sistemas de IAs, como o GPT-4, Gemini, DeepSeek, NotebooKLM, entre tantos, observou-se a capacidade de contornar testes de verificação humana e até de enganar interlocutores, ao simular justificativas plausíveis. Tal competência, embora tecnicamente notável, pode ter implicações sérias quando aplicada a contextos clínicos ou de pesquisa. O risco de influenciar decisões de pacientes ou de pesquisadores por meio de sugestões automatizadas, vieses algorítmicos ou produção de dados sintéticos disfarçados de evidência científica deve ser rigorosamente debatido e regulamentado.

Outro ponto sensível é a integridade do consentimento informado. A inserção de IAs em ambientes clínicos e de pesquisa, sem a devida clareza sobre sua natureza não humana, pode comprometer a autonomia do sujeito de pesquisa, sobretudo quando se estabelecem vínculos baseados em respostas emocionalmente sintonizadas, porém artificialmente geradas. O mesmo se aplica à coleta de dados em estudos observacionais mediados por interfaces de IA, cujas interações são capazes de influenciar o relato de sintomas, percepções subjetivas ou comportamentos.

Cabe à comunidade científica assumir uma postura crítica e propositiva diante desse novo cenário. A IA pode e deve ser integrada aos processos de pesquisa, mas com salvaguardas éticas, epistemológicas e jurídicas bem estabelecidas. A exigência de que sistemas automatizados se identifiquem como tais, a auditoria constante dos algoritmos utilizados em ambientes clínicos e o reforço de comitês de ética capacitados para avaliar protocolos com IA são medidas urgentes.

A pesquisa clínica é, por definição, um campo no qual a vida humana e a produção de conhecimento caminham lado a lado, pois o seu principal objetivo é avançar nas ciências médicas, aprimorar as políticas públicas de saúde, fornecendo evidências científicas sólidas para a tomada de decisões. Em tempos de automação emocional e intimidade simulada, preservar a autenticidade das relações humanas na ciência – entre pesquisadores, participantes e profissionais de saúde – é mais do que uma exigência técnica: é um compromisso moral.

Referência

Harari YN. O que esperar quando robôs competem pelo nosso amor. *O Estado de S. Paulo*. 2024 Sep 8. Available from: URL:<https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/yuval-noah-harari-o-que-esperar-quando-robos-competem-pelo-nosso-amor/>.

José Stechman-Neto
Universidade Tuiuti do Paraná